

HABEAS CORPUS Nº 565.251 - RS (2020/0058122-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : ANA MARIA CASTAMAN WALTER
ADVOGADA : ANA MARIA CASTAMAN WALTER - RS058735
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LUIZ FERNANDO DUARTE FERREIRA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

LUIZ FERNANDO DUARTE FERREIRA DE SOUZA alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no HC n. 70083883611.

A defesa busca a revogação da prisão preventiva do paciente ou a sua substituição por medidas cautelares diversas, ao argumento de que não é cabível justificar a necessidade de assegurar a ordem pública com base nos antecedentes do réu.

Aduz que, *in casu*, o agente teve sua custódia cautelar decretada tão somente por estar no mesmo carro que um dos indiciados, o qual portava arma de fogo sem a devida autorização.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do habeas corpus ou, subsidiariamente, pela denegação da ordem (fls. 298-303).

Decido.

I. Contextualização

O paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do delito previsto no art. 14 do Estatuto do Desarmamento. Foi concedida a liberdade provisória, mediante fiança, cujo valor foi pago pelo agente.

O Ministério Público representou pela prisão preventiva de Luiz Fernando Duarte Ferreira de Souza, pleito acolhido pelo Juízo monocrático, conforme se observa (fls. 136-137, grifei):

Quanto ao *fumus commissi delicti* (art. 312 do CPP), há nos autos prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

Como anteriormente referido, **a existência do fato e os indícios de autoria sobre a pessoa dos acusados restaram comprovados segundo registro de ocorrência, autos de apreensão, autos de constatação preliminar de funcionamento de arma de fogo e de munição, auto de prisão em flagrante, bem como depoimentos constantes do expediente.**

Outrossim, consoante se extrai dos históricos judiciais criminais juntados pelo Ministério Público, os acusados Juraci e **Luiz Fernando são reincidentes em crime doloso**, de modo que resta preenchido, também, o disposto no art. 313, II, do CPP.

De outra parte, também é pressuposto para a decretação da prisão preventiva o *periculum libertatis*, previsto na primeira parte do art. 312 do CPP.

[...]

Assentadas tais premissas, compulsando os autos, **verifico a existência de periculum libertatis a exigir a prisão preventiva dos investigados para assegurar a ordem pública, especialmente em virtude do caso concreto, em que se verifica que a arma apreendida não possuía sequer numeração e não constava no sistema SINARM, havendo a possibilidade de ser produto de outro crime**, além de o porte da arma ter ocorrido durante a saída temporária do acusado Juraci, o que demonstra que, em liberdade, há grande probabilidade de que torne a delinquir.

Efetivamente, as medidas cautelares não prisionais, no caso em comento, revelam-se insuficientes a evitar a reiteração da prática de infrações penais, e inadequadas, diante da gravidade das circunstâncias em que ocorreu o crime no caso concreto.

Conforme os elementos até então coligidos, **os acusados foram localizados em veículo de valor considerável, blindado, apresentando justificativa inconsistente para a reunião no mesmo veículo – o que confere ainda maior credibilidade à narrativa dos Policiais quanto a se tratar de "escolta" do preso Juraci –, tendo sido localizada a pistola apreendida com o acusado Jean Paulo, contudo, desde a ordem de parada até o momento da efetiva revista a pistola esteve na esfera de disponibilidade de todos os**

envolvidos, excetuada apenas a motorista.

Nessa linha, os acusados efetivamente representam risco à ordem pública, revelando-se necessária, por isso, a prisão cautelar.

O Tribunal *a quo*, por sua vez, manteve a custódia do acusado, ao asserir (fls. 156-157, destaquei):

O decreto de prisão preventiva está devidamente fundamentado, apontados fatos concretos que justificam a necessidade da prisão excepcional, em especial para a garantia da ordem pública.

Há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria em relação ao paciente, evidenciados pelas peças auto de prisão em flagrante (APF) e prova oral colhida.

De acordo com a ocorrência policial, o paciente Luiz Fernando e outros foram flagrados na Rodovia RS 401, Km 37, em Charqueadas/RS, tripulando veículo blindado, momento em que beneficiado com saída temporária do IPCH. Na ocasião, estava na companhia de Katia, Juraci, conhecido criminoso no sistema prisional, e de outro indivíduo armado, apontado como segurança do grupo.

Há relato de que havia compartilhamento da arma apreendida entre os passageiros do veículo.

Em que pese não se trate de crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa, **o paciente é plurirreincidente, revelando-se de alta periculosidade e potencial reiteração delitiva, sendo imperiosa a segregação cautelar para a garantia da ordem pública.**

II. Prisão preventiva

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Na hipótese, o Juízo singular apontou a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial a garantia da

ordem pública, **evidenciada pelo risco de reiteração delitiva**, porquanto o **acusado é contumaz na prática delitiva e ostenta condenações criminais anteriores**.

Com efeito, verifico da folha de antecedentes do réu (fls. 105-113), que ele foi condenado definitivamente por **tráfico de drogas três vezes** (trânsito em julgado em 2010, 2014 e 2016), por **porte ilegal de arma de fogo de uso restrito** e por **uso de documento falso** (ambos com trânsito em julgado em 2014) e por **receptação** (trânsito em julgado em 2019).

Além disso, responde a processos criminais por receptação, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, tráfico de drogas e associação para o tráfico.

A esse respeito, a jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que **a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva** e, assim, são fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar. Ilustrativamente:

[...]

3. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, **em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente é reincidente na prática delituosa**. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

4. Fixar o regime semiaberto e manter a prisão preventiva do paciente, negando-lhe o direito de apelar em liberdade, representa a imposição de um regime prisional mais gravoso do aquele que foi estabelecido na sentença condenatória, caso eles optem por exercer o direito constitucional ao duplo grau de jurisdição.

5. Assim sendo, considerando o regime inicial semiaberto imposto pela sentença, o paciente tem assegurado o direito inerente à modalidade intermediária, nos termos do enunciado n. 716 da Súmula do Supremo Tribunal Federal

6. Habeas corpus não conhecido. Ordem parcialmente concedida de ofício, para determinar que o paciente aguarde o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias em estabelecimento prisional adequado ao regime fixado pelo Juízo sentenciante (o semiaberto),

salvo se por outro motivo estiver preso (**HC n. 443.429/TO**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 25/4/2018, grifei)

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**